



RICARDO CHAVES

Camilo: reconhecendo o lugar onde esteve preso

SEGURANÇA

Mistério, ainda

Em lugar de esclarecer, a polícia gaúcha acusa

A sinopse jornalística que o presidente Ernesto Geisel lê a cada manhã, em Brasília, dedicava na quinta-feira da semana passada exatas cinco linhas ao seqüestro de quatro cidadãos uruguaios em Porto Alegre, um mês atrás (VEJA n.º 535). "O coronel Rubem Moura Jardim, secretário de Segurança, esclareceu ontem que foi concluída a investigação preliminar em sua pasta, ficando comprovado que nenhum órgão ou funcionário da SSP está envolvido com o desaparecimento de Lilian Celiberti, seus filhos e Universindo Diaz." Incisiva, a notícia procura de vez encerrar com as dúvidas a respeito dos exilados que apareceram presos em Montevideu uma semana depois do seqüestro praticado no domingo, 12 de novembro.

Contudo, o garoto Camilo, de 8 anos, filho de Lilian Celiberti, o nome mais conhecido do grupo de seqüestrados, interrompeu seu jogo de futebol na segunda-feira da semana passada, em Montevideu, para conversar com Luís Cláudio Cunha, de VEJA, que presenciara durante mais de 20 minutos parte da ação que se realizou no pequeno apartamento das vítimas. Cunha mostrou-lhe três fotografias. As duas primeiras eram da partida de futebol entre as equipes do Internacional e do Caxias, realizada no mesmo dia do seqüestro, e que Camilo e seu amigo Universindo Diaz pretendiam assistir. Ao examinar a terceira foto, o garoto surpreendeu-se: "Olha, foi neste prédio que eu e minha irmã Francesca estivemos.

Eles nos levaram para o 2.º andar". A fotografia mostrava o prédio onde funciona a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. No 2.º andar está a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

"COMPROMISSO URGENTE" — O testemunho de um menino de 8 anos é de discutível valor jurídico. Porém, in-

dagado a respeito desse meticuloso reconhecimento, na quinta-feira passada, o superintendente da Polícia Federal, no sul, coronel Luís Macksen de Castro Rodrigues, interrompeu a entrevista coletiva sob pretexto de que tinha "um compromisso urgente". Até ali, Rodrigues desfiara uma longa e intrincada história a respeito da descoberta de uma organização subversiva de uruguaios no Brasil, e da qual fariam parte os exilados da rua Botafogo.

Em nome dessa inesperada constatação, a polícia havia detido para interrogatório, na semana passada, cinco pessoas e invadira o apartamento de Ofelia Montserrat Hernández Rodríguez — uruguaia exilada e amiga de Lilian Celiberti —, capaz, segundo o coronel Rodrigues, de esclarecer muitas coisas sobre o anunciado grupo de subversivos. Como provas, a Polícia Federal exibiu o resultado de sua coleta no apartamento da sra. Ofelia Rodríguez, que, segundo parentes também exilados em Porto Alegre, fugiu para São Paulo: um folheto da Air France, um mapa de Porto Alegre e outro de São Paulo, um livro sobre operários, publicado no Brasil e disponível em qualquer livraria, e aproximadamente 35 000 cruzeiros em francos, marcos e dólares.

É provável que alguns exilados uruguaios se dediquem a atividades políticas no Brasil. Mas o que está em questão e o que a polícia gaúcha parece determinada a esquecer é saber quem seqüestrou Lilian, seus filhos e Universindo, e como eles foram parar em Montevideu — independente do fato de serem ou não subversivos. Ainda na semana passada, o jurista francês Jean-Louis Weil, do Movimento Internacional de Juristas Católicos, veio ao Brasil para investigar o desaparecimento do grupo de exilados uruguaios. Em Porto

Alegre, onde esteve para colher o testemunho de Luís Cláudio Cunha sobre o caso, ele revelou algumas de suas preocupações: "Havia pelo menos um militar uruguaio no apartamento, quando você apareceu", disse Weil. "Isso é absolutamente certo. Existem militares uruguaios treinados no reconhecimento de exilados e agindo em vários pontos da América do Sul." E, dizendo temer que novas operações desse tipo possam acontecer no Brasil, acrescentou que pelo menos uma centena de seqüestros foram cometidos por tais agentes. ●

PERÍCIA

Mais um

Outro documento oficial está sob suspeição

Para ilustrar uma reportagem sobre o caso do capitão-de-corveta Dalmo Honaiser, reformado em agosto de 1969 com base no AI-5, VEJA publicou, na semana passada, dois trechos de documentos que traziam a assinatura do presidente Costa e Silva. O primeiro era o documento que formalizava a punição de Honaiser — cujo texto, segundo peritos do Instituto Carlos Eboli, do Rio de Janeiro, fora datilografado numa folha de papel que havia sido assinada em branco por Costa e Silva. O trecho do segundo documento foi publicado por VEJA apenas para exibir aos leitores uma assinatura de Costa e Silva aparentemente livre de controvérsias.

Não era — como denunciaram, na semana passada, peritos do Instituto Del Picchia, de São Paulo. Depois de analisar o documento-testemunho, eles asseveraram que a assinatura presidencial foi falsificada. Assim, tal documento, que autorizou navios da Alemanha Federal a operarem em águas brasileiras na execução de pesquisas científicas, entra no rol dos textos suspeitos da última parte do governo Costa e Silva. Os autores da falsificação, naturalmente, permanecem impunes. ●

A assinatura falsa: quem foi?

